

5G: ENABLING A SMART STATE, INDUSTRY AND MOBILITY**MobiSummit, Cascais, 9 de outubro de 2020**

[AGRADECIMENTOS]

Carros autónomos. Fábricas e portos automatizados. Cirurgias remotas. Produções agrícolas conectadas. Máquinas que conseguem aprender e pensar.

Longe de serem ficção científica, estas são algumas das promessas que associamos à tecnologia 5G.

São promessas credíveis, e - apesar da nossa capacidade para prever o futuro ser limitada -, é com um elevado de grau de certeza que podemos esperar que a progressiva generalização da tecnologia transforme o modo como nos relacionamos, aprendemos, trabalhamos e como organizamos as empresas, escolas, hospitais ou portos.

Porque não podemos antecipar integralmente o impacto de uma tecnologia disruptiva como esta, não podemos saber quão revolucionárias serão estas mudanças. E não sabemos quanto tempo durará a transição até que o seu impacto possa ser explorado na plenitude.

Mas não é preciso ser um determinista tecnológico para ter a certeza de que um conjunto de transformações está ao nosso alcance, a curta distância.

Em Portugal, porém, **temos todos ainda de conseguir dar passos relevantes que nos separam do objetivo.**

“Todos” inclui aqui, em primeiro lugar, **o Governo**, que tem a obrigação de definir a política de comunicações do país, tem ambição legítima que o país aprofunde a transição digital e que lançou a sua estratégia de 5G no início deste ano.

Em segundo, a **autoridade reguladora, a ANACOM**, que tem um papel complementar ao do Governo, e é a entidade responsável pelo **Regulamento do leilão de atribuição de direitos de utilização de frequências de 5G** – um procedimento inovador, participado e exigente, com poder suficiente para moldar o mercado.

Em terceiro lugar, as **autarquias locais**, atores-chave na estratégia de dotar os seus municípios de competitividade e desenvolvimento das redes. O poder local terá de ser capaz de conjugar as expectativas das populações com os incentivos adequados para atrair empresas e, dessa forma, gerar emprego e garantir uma melhor qualidade de vida.

Em quarto lugar, o **ecossistema tecnológico nacional**, onde se incluem os fornecedores de equipamentos, de software, de aplicações, bem como os implementadores. Reside

aqui uma oportunidade muito interessante para os inovadores nacionais que, como no passado, saberão explorar o enorme campo de aplicações que o 5G nos vai oferecer.

Por fim, os **operadores de comunicações eletrónicas**, que se confrontam com as especificidades de uma nova tecnologia que requer um investimento muito mais elevado que as anteriores e que são chamadas a investir num contexto pandémico e de perda de rendimento das famílias – sem esquecer o esforço que já tiveram de fazer para reforçar a capacidade das suas redes, de modo a suportar os regimes de teletrabalho e de ensino à distância, e de garantir a resiliência das comunicações às autoridades públicas.

O atual contexto sanitário e económico não pode deixar de gerar incerteza nos seus planos de negócios e, em particular, nas suas decisões de investimento, decisivas para garantir a qualidade dos serviços e a continuidade da inovação.

O **leilão** do 5G é apenas o princípio de um caminho que tem de ser feito com todos estes atores – e cujos demais capítulos contarão, *por exemplo*, com a transposição do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas e o aprofundamento de todas as questões ligadas à cibersegurança.

Para o Governo, todos estes atores são **parceiros** - parceiros públicos e privados comprometidos com uma missão nacional, com responsabilidades e atribuições diferentes.

São todos essenciais porque **insubstituíveis**. Estamos todos condenados a entendermo-nos. É preferível, por isso, que sejamos capazes de *alinhar interesses*, e fazê-lo num espírito de cooperação que beneficie todas as partes e permita ao país, à população e às empresas retirar todos os benefícios desta tecnologia.

Benefícios para a população, antes de mais.

O que há 20 anos talvez fosse um luxo – aceder à *internet* com boas condições de acesso e a bom preço - é um hoje uma necessidade e, por isso, cada vez mais um direito essencial.

Cabe ao Estado pugnar pela concretização deste direito – garantindo, mesmo que *indiretamente*, a acessibilidade *infraestrutural*, por um lado, e a acessibilidade *tarifária*, por outro. E esta, sabemos bem, é uma obrigação que está ainda longe de ser bem cumprida em Portugal.

Sem isto, não será possível lutar decentemente contra o *fosso digital*, nem garantir níveis mínimos de igualdade no acesso das populações às comunicações.

E não será possível, igualmente, lutar por garantir a oportunidade de uma maioria de cidadãos aprender competências que lhes permita integrar-se num mercado de trabalho onde o domínio do digital é cada vez mais valorizado.

É importante, porém, referir que é no setor da indústria e dos serviços que o 5G vai ser *absolutamente essencial*. É aqui, afinal, que reside o seu potencial transformador transversal da tecnologia: ‘transformação’ não significa apenas um pequeno ganho na margem; significa antes **disrupção**, que é, ou pode vir a ser, ao mesmo tempo *tecnológica, organizacional, comercial e laboral*.

Atenção: não são apenas as desigualdades entre cidadãos e entre territórios que nos preocupam. Também as desigualdades entre as empresas devem merecer a atenção das políticas públicas – em particular numa economia tão dual como a portuguesa.

No caso do 5G, a dimensão das empresas, o setor em que atuam e a sofisticação dos bens que vendem ou dos serviços que prestam podem condicionar decisivamente a capacidade de estas se apropriarem da tecnologia.

Assumindo que as grandes empresas não desperdiçarão as oportunidades que o 5G lhes abrirá, é para o Governo imperativo procurar garantir que as pequenas e as médias empresas – a esmagadora maioria do nosso tecido empresarial – não percam o comboio desta transição.

As oportunidades abertas pelo 5G encaixam que nem uma luva na importante ideia que felizmente o Engenheiro Costa e Silva, que falou antes de mim, contribuiu recentemente para reabilitar: a da necessária “reindustrialização” do país.

Creio, porém, que devíamos ir um pouco além deste conceito e libertá-lo do seu prefixo, que, para alguns, parece remeter para um regresso ao passado.

Na verdade, talvez devêssemos falar de “*nova industrialização*” - porque é isso mesmo que está em causa nas tendências que, progressivamente, aprofundam a articulação singular entre as dimensões material, digital e (até) biológica, para criar o que muitos apelidam de *nova revolução tecnológica*.

Esta nova industrialização profundamente apoiada no digital pode, se bem aproveitada, permitir graduar o perfil da nossa economia: tornando-a mais diversificada, sofisticada, e capaz de captar maior valor acrescentado.

O 5G é uma ferramenta, entre muitas, da revolução industrial e digital em curso. A sua adoção não permitirá, só por si, a Portugal qualificar o seu aparelho produtivo. Mas é difícil imaginar que sejamos capazes de transformar o perfil de especialização da nossa economia sem o 5G.

Se respeitarmos todos o sentido da urgência, Portugal vai a tempo de desempenhar um papel de liderança na difusão da tecnologia e de as empresas - mas também do Estado - explorarem todas as suas vantagens.



Lá atrás falei de *direitos digitais*: direitos de que devem beneficiar as pessoas e as empresas. Ora, do outro lado de qualquer *direito* está uma *obrigação*.

Neste caso, a **obrigação é nossa**: do Governo, do regulador, dos operadores, das autarquias.

A obrigação de fazer com que o 5G seja, em breve, uma realidade.